

Considerações sobre a exclusão social urbana no Rio Grande do Sul: um mapeamento inicial*

*Clitia Helena Backx Martins***

O tema da exclusão social surge no bojo do debate sobre o processo recente de globalização da economia, que implica a reestruturação técnica da produção e a redefinição da organização do trabalho em nível mundial. As mudanças ocasionadas pela adoção de um modelo baseado na flexibilidade do Produto e do trabalho, concomitantes à crise do Estado de Bem-Estar Social, têm tido consequências catastróficas sobre o nível geral de emprego e sobre a distribuição da renda, ocasionando a concentração espacial e pessoal da riqueza e a piora nas condições sociais de vida. Essas consequências se fazem sentir tanto nos países industrializados como, de forma mais aguda, nos países de industrialização recente, como o Brasil.

No que diz respeito à realidade nacional, com a inserção do País no processo de globalização, a década de 80 e mais acentuadamente os anos 90 têm sido caracterizados pela transformação do papel regulador do Estado a níveis político, econômico e social. Como assinalam Ribeiro e Santos Júnior (1993), a implantação, no Brasil, da política de ajuste neoliberal, a partir dos dois últimos anos da década de 80, marca o esgotamento do padrão desenvolvimentista de crescimento econômico, de intervenção estatal e de urbanização. Conseqüentemente, a crise do Estado desenvolvimentista leva à

* Este texto, decorrente da pesquisa **Espacialização da Exclusão Social Urbana no Rio Grande do Sul**, feita em conjunto com Rosetta Mammarella, contou com a colaboração da assessora estatística Cecília F. Q. Rokembach e da estagiária Denise Reif Kroeff.

A autora agradece a Rosetta Mammarella, Tanya Barcellos, Naia Oliveira e Miriam De Toni pelas sugestões e comentários feitos à versão preliminar do artigo.

** Economista, Técnica da FEE.

deterioração do sistema público de serviços sociais e urbanos nas áreas de previdência, saúde, educação, saneamento básico, construção de moradias populares e de cuidados com o meio ambiente. Mesmo levando em consideração as deficiências do sistema de provisão desses serviços, a sua ausência ou precarização tende a reforçar os efeitos negativos da reestruturação produtiva, que exclui um grande contingente da população do mercado de trabalho.

Com isso, a histórica trajetória de desigualdade social e pobreza no País recrudesce, alterando-se significativamente o quadro de carências sociais. Configura-se aqui uma situação qualificada como de *apartheid* social, que se reflete no processo de urbanização das cidades brasileiras, especialmente na estruturação espacial dos centros de médio a grande portes.

A fragmentação urbana nas cidades brasileiras, que não se constitui em um fenômeno recente, vem assumindo novas formas a partir dos anos 80. Se, na década de 70, o conceito de espoliação urbana, cunhado por Lúcio Kowarick, denotava a diferenciação no acesso aos benefícios individuais e aos bens de consumo coletivos na cidade, atualmente o conceito de exclusão social configura uma nova categoria de pobreza urbana. De acordo com essa linha de pensamento, considerável parcela da população brasileira estaria passando "(...) de uma situação estrutural de exploração a uma posição estrutural de irrelevância" (RIBEIRO, SANTOS JÚNIOR, 1993, p.58), transformando-se em seres supérfluos para o capital, seja como mão-de-obra de reserva, seja como potenciais consumidores, seja mesmo como cidadãos contribuintes para o Estado.

No caso brasileiro, o recorte da espacialização urbana como critério para reconhecimento da exclusão social é relevante pelo fato de a maior parte da pobreza estar localizada nas cidades, em especial nas regiões metropolitanas: trabalhos como os realizados por Tolosa (1993) e Peliano (1993, 1993a, 1993b) mostram que, embora a pobreza em termos relativos ainda se concentre no campo, é nas cidades que ela encontra maior expressão em termos absolutos, tendo em vista que aproximadamente 75% da população do País vive em áreas urbanas. Assim sendo, o significativo crescimento da miséria nas grandes cidades acarreta o fenômeno da "metropolização da pobreza" (TOLOSA, 1993). Também é apontado por esses autores que o aumento dos diferenciais de renda nas metrópoles brasileiras denota o fenômeno de segregação sócio-espacial urbana. Por sua vez, algumas cidades de porte médio têm apresen-

tado altas taxas de crescimento demográfico, reproduzindo o mesmo padrão de urbanização dos grandes centros (CANO, 1988).

No Rio Grande do Sul, mesmo levando-se em conta as especificidades próprias de um estado considerado como entre os de melhor qualidade de vida do País, podem-se observar reflexos da exclusão social através dos dados disponíveis. **O Mapa da Fome**, realizado pelo IPEA, revelou que, do total da população do Estado, 17,02% se encontra em situação de indigência, significando, em números absolutos, o total de 520.311 famílias (PELIANO, 1993). Apesar de estar abaixo da média obtida para o País como um todo (21,94%), o índice gaúcho é superior ao de outros estados brasileiros das Regiões Sul e Sudeste, como São Paulo (6,56%), Rio de Janeiro (12,23%) e Santa Catarina (14,97%).

Por sua vez, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), registrou-se um aumento da proporção de pobres sobre o total da população na década de 80, passando de 17,9% em 1981 para 20,9% em 1990 (ROCHA, 1994). Esse acréscimo da taxa de pobreza é mais significativo na periferia metropolitana (RMPA menos o município-sede), o que se evidencia pelo crescimento de 67,2% dos assentamentos irregulares na década passada (INVENTÁRIO..., 1992).

Este artigo apresenta os resultados preliminares, com uma discussão metodológica, do estudo sobre a espacialização da exclusão social urbana em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, realizado no Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos da FEE. Primeiramente, é colocada a abordagem conceitual sobre exclusão social, seguida da discussão de aspectos metodológicos envolvidos na pesquisa sobre o tema. Na penúltima parte, analisa-se o mapeamento da exclusão social urbana em municípios gaúchos e, finalmente, tecem-se algumas considerações e perspectivas para próximos estudos relacionados a essa problemática.

1 - Exclusão social: um novo conceito para velhos problemas?

O termo exclusão social tem-se disseminado nos países da Europa Ocidental, desde meados dos anos 70, como um esquema conceitual que abrange não só a dimensão econômica, como também a dimensão política,

cultural e simbólica para a análise dos chamados novos problemas sociais, que vêm se agravando nos países industrializados. Esses **novos problemas** dizem respeito ao desemprego de longo prazo e à crescente precariedade dos empregos atualmente oferecidos aos que tentam o primeiro ingresso ou o retorno ao mercado de trabalho, especialmente no caso de imigrantes e de minorias étnicas. Além disso, observam-se manifestações da exclusão social na falta de acesso à habitação, aos serviços de saúde e educação e ao lazer. A Comissão Econômica Européia, que tem debatido o tema no âmbito dos seus países-membros, destaca a diversidade das situações que podem ser qualificadas como excludentes, abarcando desde as condições de vida de ex-presidiários até a questão das crianças carentes; da marginalização de grupos étnicos ao empobrecimento das famílias com apenas um dos pais, mormente em se tratando de famílias chefiadas por mulheres. Dessa forma, por englobar aspectos diversos da problemática social, tais como pobreza, desigualdade, não-cidadania, marginalização, privação e discriminação, a exclusão é vista como um conceito multidimensional (RODGERS, 1994).

Outro argumento relativo ao caráter inovador do conceito de exclusão social é o de que ele não descreve uma situação de maneira estática, mas focaliza atenção nos processos sociais que propiciam a exclusão de grupos e indivíduos aos direitos, aos meios de vida e a fontes de bem-estar que deveriam ser acessíveis a todos. Essa perspectiva baseia-se nas análises de sociólogos franceses, como Alain Touraine (Apud RODGERS, 1994), que relacionam a exclusão ao modo como a sociedade funciona, isto é, aos processos através dos quais as sociedades e as economias sistematicamente marginalizam alguns e integram outros. Nesse sentido, a exclusão social é encarada como "(...) uma forma de analisar como e porque indivíduos e grupos não conseguem ter acesso ou beneficiar-se das possibilidades oferecidas pelas sociedades e economias" (RODGERS, 1994, p.3).

Na bibliografia latino-americana, esse conceito não tem sido largamente veiculado, mas a teoria da marginalização, que recebeu considerável atenção na América Latina nos anos 60 e 70, sobrepõe-se à noção de exclusão social. Assim, não se pode afirmar que a idéia de exclusão social ofereça uma abordagem inteiramente nova, porém ela apresenta uma forma alternativa de pensar sobre alguns dos mecanismos sociais e econômicos subjacentes à desigualdade. Fundamentalmente, ela provê uma maneira de reunir temas que com frequência são analisados em separado. Citando Vilmar Faria: "(...) a utilidade da noção de exclusão social pode ser reivindicada (...) como uma

forma de integrar noções frouxamente conectadas como pobreza, privação, falta de acesso a bens, serviços e propriedades, e precariedade de direitos sociais”, fornecendo, assim, uma estrutura geral de análise (FARIA apud RODGERS, 1994, p.2).

2 - Aspectos metodológicos relativos à investigação sobre exclusão social urbana

Para a observação das manifestações específicas da exclusão social no meio urbano no Rio Grande do Sul, teve-se que levar em conta as restrições quanto às informações concernentes apenas à população urbana de cada município, já que a maior parte dos dados disponíveis ao nível municipal, seja do IBGE, seja de outras fontes, não discrimina a situação do domicílio entre urbana e rural. Assim, no intuito de recortar o objeto do estudo, consideraram-se dois critérios demográficos, selecionando-se os municípios no Estado que, em 1991, possuíam população urbana de mais de 20.000 habitantes, parâmetro já consagrado para a qualificação de tipicamente urbano, e grau de urbanização igual ou superior a 50%. O cruzamento dos dois critérios apontou 61 municípios no Rio Grande do Sul com essas características (Tabela 1).

Se se considerar a divisão regional, conforme o critério de Alonso, Benetti e Bandeira (1994)¹, percebe-se que, do total de 61 municípios, 25 estão localizados na Região Nordeste, 21 se situam na Região Sul e 15 estão na Região Norte. Pode-se notar o peso da Região Nordeste, que concentra os municípios mais industrializados e de maior concentração populacional do Estado.

¹ *Grosso modo*, as três regiões podem ser caracterizadas pelos seguintes aspectos: Sul, estrutura fundiária altamente concentrada, com base produtiva na pecuária e centros urbanos esparsos; Nordeste, industrializada e com a maior concentração demográfica, estando aí localizada a Região Metropolitana de Porto Alegre e o aglomerado urbano de Caxias do Sul, formando um eixo; Norte, com predomínio da pequena e da média propriedades agrícolas e produção agroindustrial (ALONSO, BENETTI, BANDEIRA, 1994).

O peso do conjunto desses municípios no Estado é significativo: em termos demográficos, representa 68,70% da população total e 80,50% da população urbana (CENSO DEMOGR. 1991: RS, 1994); no aspecto econômico, segundo estimativas do Núcleo de Contas Regionais da FEE para 1990, responde por 83,84% da renda comercial gaúcha, 84,41% da renda dos demais serviços, 78,92% da renda industrial e 36,83% da renda do Setor Primário.

Quanto à escolha das variáveis e dos indicadores correspondentes, considerou-se que a realidade urbana apresenta peculiaridades que a distingua da rural no que diz respeito às informações referentes à qualidade de vida. Como aponta o estudo **O Mapa da Fome** do IPEA (PELIANO, 1993), a população urbana tem menos acesso direto aos alimentos do que a população do campo; por sua vez, as cidades são mais atendidas quanto ao saneamento básico e à energia elétrica.

Na presente análise sobre exclusão social urbana, foram selecionadas variáveis que permitissem verificar a acessibilidade e a eficácia de alguns serviços urbanos para a população dos 61 municípios, priorizando-se, no caso, os serviços de educação, de saúde e de infra-estrutura, sendo todos os dados básicos referentes a 1991. Além desses, incluiu-se na pesquisa um indicador concernente à renda do chefe de família (CENSO DEMOGR. 1991: RS, 1994) e ao grau de indigência, que foi elaborado pelo IPEA com base em dados da PNAD de 1990 (PELIANO, 1993a).

No caso específico da educação, que foi amplamente contemplada neste trabalho com cinco indicadores — a saber, as taxas de alfabetização e de evasão e repetência de 1º e 2º graus —, levou-se em consideração sua importância para a mobilidade social, possibilitando que indivíduos e grupos sejam, ou não, incluídos entre os beneficiários de uma determinada sociedade. Igualmente, a saúde, representada pelo coeficiente de mortalidade geral e pela taxa de mortalidade de menores de cinco anos (TMM5) — esta última consagrada pela UNICEF como um indicador especialmente sensível às questões sociais —, serviu para captar as condições de desenvolvimento humano existentes em cada região ou país (MAPA..., 1995).

Em termos de infra-estrutura, trabalhou-se com indicadores tradicionalmente utilizados em investigações sobre qualidade de vida urbana, como o percentual de domicílios sem energia elétrica e os de saneamento básico, como taxas de domicílios com rede geral de esgoto e com coleta de lixo direta ou indireta.

A taxa de indigência² foi inserida como *proxy* da renda familiar, por não se dispor, até o momento, desse dado relativo ao Censo Demográfico de 1991. Como complementação, verificou-se o percentual de chefes de domicílios com renda de até três salários mínimos em cada município.

A partir dessa seleção, compôs-se uma matriz de variáveis que foi submetida a tratamento estatístico através de técnicas de Análise Multivariada, dentre elas a de Análise Fatorial e a Cluster Analysis (Análise de Agrupamentos).

Pelo critério de se manterem apenas as variáveis com o maior número de correlações significativas, considerando-se como significativas todas as correlações com α maior ou igual a 0,001, as taxas de domicílios com rede geral de esgoto e com coleta de lixo, bem como a taxa de chefes de família com renda de até três SMs foram descartadas da matriz da Cluster, mantendo-se, entretanto, na análise complementar realizada ao final do emprego dessas técnicas.

No passo seguinte, partiu-se da matriz de dados relativa às nove variáveis selecionadas³ para os 61 municípios, obtendo-se, através da Análise Fatorial⁴, dois fatores com poder de explicação correspondente a 59,9% da variância total das variáveis originais. Em seguida, passou-se à utilização da técnica de Cluster Analysis, visando à obtenção de grupos de municípios. Esses grupos seriam áreas com problemas similares de exclusão social, possuindo homogeneidade interna e sendo heterogêneos ao máximo entre si, em relação às variáveis relacionadas. Com esse procedimento, chegou-se à consolidação de 19 grupos de municípios, sendo que o número de casos (municípios) por grupo variou de um a oito. A divisão dos municípios em grupos encontra-se nas Tabela 2 e 3.

² A taxa de indigência corresponde ao percentual de famílias em cada município cujos rendimentos mensais lhes permitem, no máximo, a aquisição de uma cesta básica de alimentos que atenda aos requerimentos nutricionais especificados para a população de cada país, segundo recomendações da ONU/OMS/FAO (PELIANO, 1993a).

³ Correspondentes aos seguintes indicadores: (a) taxa de famílias indigentes (1990); (b) percentual de domicílios sem ligação de energia elétrica (1991); (c) taxa de alfabetização (1991); (d) taxa de repetência do 1º grau (1991); (e) taxa de repetência do 2º grau (1991); (f) taxa de evasão escolar do 1º grau (1991); (g) taxa de evasão escolar do 2º grau (1991); (h) coeficiente de mortalidade geral (1991); (i) taxa de mortalidade de menores de cinco anos (1991).

⁴ Segundo a explicação de Fachel (1982), a Análise Fatorial é uma técnica de Análise Multivariada através da qual um conjunto inicial de variáveis correlacionadas é substituído por um conjunto menor de fatores que explica a maior parte da variância do conjunto original dos dados.

3 - Mapeamento da exclusão social em municípios selecionados do RS

Na análise da composição interna dos grupos, percebe-se que a formação da maioria obedeceu à divisão regional do Estado, conforme o critério de Alonso, Benetti e Bandeira (1994), citado anteriormente, que delimita três grandes regiões no Rio Grande do Sul: Norte, Nordeste e Sul. Observa-se, nesse sentido, que 13 dos 19 grupos apresentam seus municípios contidos inteiramente em alguma das três grandes regiões mencionadas, a saber: Grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 na Região Sul; 7, 12, 18 e 19 na Região Nordeste; e 14 e 17 na Região Norte.

Podem-se verificar, na Tabela 2, os valores relativos aos nove indicadores utilizados para os 19 grupos (*clusters*) formados através da Cluster Analysis.⁵ Considerando-se que a forma de utilização das técnicas não levou a uma ordenação classificatória dos grupos, de maior a menor exclusão, mas, sim, à homogeneidade interna dos grupos quanto às variáveis, assinalou-se, nos grupos, os piores e os melhores resultados em relação aos indicadores de exclusão social urbana. Assim, observou-se, por um lado, que o Grupo 1, onde aparece isolado o Município de Jaguarão, apresenta os piores resultados nos indicadores selecionados. Por outro lado, o Grupo 19, formado também de maneira isolada pelo Município de Estância Velha, mostra os melhores resultados em relação aos indicadores utilizados.

No caso de Jaguarão, localizado na Região Sul do Estado, este colocou-se entre os seis municípios com os piores resultados na área de educação, apresentando um conjunto de taxas relativamente altas no que diz respeito à repetência, tanto do 1º grau (19,74%) como do 2º (29,40%), e à evasão escolar dos 1º (9,81%) e 2º graus (27,07%). Além disso, o coeficiente de mortalidade geral, que denota as condições de saúde da população como um todo, mostra-se também alto em comparação aos dos outros municípios (8,1). A combinação dessas taxas posiciona Jaguarão como o componente único de um Cluster com os piores valores em termos de exclusão social.

⁵ A posição dos grupos nas Tabelas 2 e 3 não obedece a uma ordem classificatória.

No grupo composto por Estância Velha, município situado na Região Nordeste do Estado (Região Metropolitana de Porto Alegre), encontram-se combinados um alto percentual de alfabetização (93,90%), taxas relativamente baixas de evasão escolar dos 1º e 2º graus (4,95% e 7,31% respectivamente), bem como taxas igualmente baixas de indigência (9,0%), de mortalidade geral (4,6) e de mortalidade de menores de cinco anos (10,9).

Em termos gerais, comparando-se os grupos, percebe-se que a maior parte daqueles que se colocam como detentores dos piores resultados em termos de exclusão social são formados por municípios situados na metade sul do Estado. Como exemplos, além do já mencionado Grupo 1, pode-se citar: o Grupo 3, composto por São Gabriel e Dom Pedrito, com taxas relativamente altas de indigência, mortalidade geral e mortalidade de menores de cinco anos; o Grupo 4, com Caçapava do Sul e São Borja, ambos apresentando taxas altas de indigência e de repetência no 2º grau. Por sua vez, os grupos de municípios com os resultados relativamente melhores no seu conjunto estão localizados na Região Nordeste, predominantemente no eixo Porto Alegre—Caxias do Sul, a exemplo dos Grupos 19, 12 (formado por Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Esteio, Porto Alegre e São Leopoldo) e 18 (constituído por Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Gravataí, Novo Hamburgo e Sapucaia do Sul), e alguns também na Região Norte, como o 17, formado unicamente por Erechim (Tabela 2).

Entretanto não se pode tomar como regra absoluta a inserção de todos os grupos de municípios entre os melhores e os piores segundo essa divisão regional: os Municípios de Palmeira das Missões, na Região Norte, e Santo Antônio da Patrulha, na Região Nordeste, que formam o Grupo 16, apesar de terem taxas relativamente baixas em relação à repetência no 1º grau e à TMM5, apresentaram altos percentuais de indigência, índices de alfabetização relativamente mais baixos e, finalmente, os mais altos percentuais, entre os 61 municípios, de domicílios sem luz.

Como complementação, confrontaram-se os grupos de municípios com os outros três indicadores selecionados, que, conforme foi explicado nos aspectos metodológicos, não foram incluídos na Cluster Analysis, mas constituem um elemento relevante para a verificação da exclusão social urbana, sendo eles percentual de chefes de domicílios com renda de até três salários mínimos, o de domicílios com rede geral de esgoto e o de domicílios com coleta de lixo.

Em relação ao primeiro desses três indicadores, percebe-se que os Grupos 1, 8 e 16, apontados na análise anterior como alguns dos que teriam resultados relativamente piores em termos de exclusão social urbana, detiveram percentuais superiores a 80% de chefes de domicílio com renda de até três SMs. Por sua vez, os grupos que apresentaram os percentuais mais baixos de chefes de domicílios com renda de até três SMs foram o 12 e o 18, cujos municípios pertencem na sua totalidade ao eixo Porto Alegre—Caxias do Sul, que detêm alguns dos relativamente melhores resultados em relação aos nove indicadores utilizados na Análise de Agrupamentos (Tabela 3).

Quanto aos demais indicadores referentes ao saneamento básico, constata-se que quase todos os grupos de municípios possuem taxas consideravelmente baixas de domicílios com rede geral de esgoto. Contudo existe bastante diferença de percentuais entre os grupos; o Grupo 16 (Palmeira das Missões e Santo Antônio da Patrulha), por exemplo, não conta com rede geral de esgoto domiciliar e ainda mostra baixo percentual de domicílios com coleta de lixo. Outrossim, observa-se que os municípios com os melhores percentuais de atendimento em coleta domiciliar de lixo foram os do Grupo 12, ou seja, novamente aqueles que estão localizados na Região Metropolitana (Tabela 3).

4 - Perspectivas e considerações finais

Essa primeira avaliação constitui-se na base para um aprimoramento da espacialização da exclusão social urbana em municípios do Rio Grande do Sul, a se fazer através do confronto do mapeamento resultante da Cluster Analysis, com dados e indicadores adicionais sobre os municípios. Com isso, pretende-se configurar uma tipificação da exclusão social urbana.

Como salienta Fachel (1982), "(...) a aplicação das técnicas de Análise Multivariada [como as que foram utilizadas neste trabalho] fornece parâmetros objetivos pelos quais sub-regiões podem ser constituídas". Segundo a autora, essas sub-regiões podem servir como ponto de partida para pesquisas posteriores: "Também a habilidade da técnica de Análise Fatorial em revelar as mais importantes variáveis diagnósticas (...) torna viável um estudo posterior, (...) das relações entre essa dimensão do espaço urbano com outras variáveis relevantes" (FACHEL, 1982, p.80).

Em termos de perspectiva para investigações futuras sobre o tema, há que se considerar que a exclusão social urbana, segundo os critérios estabelecidos neste trabalho, se mostrou mais aguda em municípios localizados na Região Sul do Estado. Na Região Metropolitana, em função da concentração dos recursos e dos serviços urbanos, os resultados revelaram-se melhores, em termos de conjunto. Contudo é necessário ponderar essa constatação, pois, se, em termos relativos, a exclusão social urbana se revelou menos contundente em municípios da RMPA, em termos absolutos, ela toma proporções consideráveis, devido à concentração de população na metrópole.

A disponibilidade de poucos dados censitários que discriminem população urbana e rural nos municípios pode levar ao viés de se considerar como de maior exclusão social aqueles municípios que apresentem percentual elevado de domicílios no meio rural, com menos acesso a serviços básicos de saúde, educação e infra-estrutura. Considera-se também que é importante o cruzamento com dados relativos a gênero, raça e faixa etária, bem como a inclusão de indicadores ambientais para se ter uma idéia mais ampla dos processos de exclusão e de qualidade de vida.

Assim, é fundamental a pesquisa de aprofundamento, caso a caso, com levantamento de dados primários, principalmente em se tratando dos municípios da metade sul do Estado, para a percepção dos processos que levam à exclusão social em cada situação específica.

Tabela 1

População urbana absoluta e grau de urbanização dos 61 municípios selecionados
com dados demográficos do RS — 1991

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA ABSOLUTA	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
Alegrete	68 191	86,41
Alvorada	141 881	99,88
Bagé	92 324	77,60
Bento Gonçalves	65 755	83,61
Butiá	23 612	92,47
Caçapava do Sul	20 349	58,78
Cachoeira do Sul	71 510	80,21
Cachoeirinha	87 951	99,72
Camaquã	39 753	64,43
Campo Bom	46 481	97,09
Canela	23 582	95,08
Canoas	270 672	96,97
Capão da Canoa	24 562	99,22
Carazinho	50 742	86,34
Caxias do Sul	264 775	91,01
Charqueadas	24 349	98,36
Cruz Alta	62 490	90,84
Dom Pedrito	32 291	84,86
Erechim	62 377	86,25
Estância Velha	26 713	94,76
Esteio	70 468	99,89
Farroupilha	31 025	68,39
Gravataí	167 863	92,72
Guaíba	73 778	88,78
Ijuí	60 859	80,98
Itaqui	31 483	78,60
Jaguarão	22 961	82,73
Lagoa Vermelha	20 400	71,00
Lajeado	47 921	74,94
Montenegro	36 917	75,19
Novo Hamburgo	201 502	97,97

(continua)

Tabela 1

População urbana absoluta e grau de urbanização dos 61 municípios selecionados
com dados demográficos do RS — 1991

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA ABSOLUTA	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
Osório	26 345	71,48
Palmeira das Missões	30 262	57,13
Panambi	24 089	81,99
Parobé	30 771	96,17
Passo Fundo	137 288	93,19
Pelotas	265 192	91,10
Porto Alegre	1 247 529	98,74
Rio Grande	165 024	95,71
Rio Pardo	23 565	54,90
Rosário do Sul	34 123	84,33
Santa Cruz do Sul	78 955	67,04
Santa Maria	196 342	90,23
Santa Rosa	48 356	82,96
Santa Vitória do Palmar	25 896	75,14
Santana do Livramento	73 557	91,66
Santiago	40 962	79,15
Santo Ângelo	61 165	79,86
Santo Antônio da Patrulha	21 065	51,88
São Borja	52 562	82,41
São Gabriel	47 967	81,24
São Leopoldo	160 358	95,50
São Luiz Gonzaga	33 564	80,55
Sapiranga	52 907	90,17
Sapucaia do Sul	104 486	99,62
Soledade	20 972	68,58
Taquara	35 100	82,65
Torres	21 478	57,31
Uruguaiana	105 822	90,10
Vacaria	45 643	77,88
Viamão	156 145	92,30

FONTE: IBGE.

Tabela 2

Indicadores do Cluster, por grupos de municípios, no RS — 1991

GRUPOS DE MUNICÍPIOS	TAXA DE INDIGÊNCIA (%) (1)	DOMICÍLIOS SEM ENERGIA ELÉTRICA (%)	TAXA DE ALFABETI- ZAÇÃO (%)	TAXA DE RE - PETÊNCIA DO 1º GRAU (%)	TAXA DE RE - PETÊNCIA DO 2º GRAU (%)
1 - Jaguarão	26,4	18,50	87,28	19,74	29,40
2 - Rio Grande	18,1	1,56	89,71	18,90	16,58
3 - Dom Pedrito	30,9	26,49	87,19	15,66	25,49
São Gabriel	32,4	27,87	83,48	18,63	13,81
4 - Caçapava do Sul	32,3	38,51	84,55	17,28	26,08
São Borja	28,1	27,42	86,56	13,02	26,85
5 - Pelotas	21,8	9,93	91,03	18,54	21,73
Santana do Livramento ...	24,2	15,59	90,92	14,97	25,18
6 - Alegrete	25,6	24,39	87,92	16,77	25,97
Bagé	26,1	14,65	88,13	14,68	17,57
Itaqui	26,9	29,74	86,70	20,74	13,24
Santa Vitória do Palmar ..	28,0	14,88	88,06	18,77	15,33
Uruguiana	22,8	25,10	90,72	12,83	19,05
7 - Charqueadas	22,0	10,27	89,58	21,51	13,41
Parobé	17,2	15,84	90,30	17,86	26,61
Sapiranga	8,5	16,23	90,62	16,45	23,87
8 - Cachoeira do Sul	30,2	29,47	85,04	18,29	17,64
Fosário do Sul	27,1	22,59	85,54	15,11	17,61
9 - Butiá	21,7	17,89	82,68	23,30	12,67
Cruz Alta	24,9	15,24	90,34	13,10	15,53
Santiago	27,1	23,88	89,54	11,71	17,46
Santo Ângelo	27,9	21,24	90,35	16,47	10,33
10 - Alvorada	16,1	15,39	90,17	20,06	5,67
Capão da Canoa	22,8	0,00	89,47	15,46	12,00
Santa Maria	20,1	8,04	91,99	19,39	20,93
11 - Camaquã	28,9	33,02	83,92	11,64	29,27
Rio Pardo	31,2	45,66	84,07	16,00	10,53
Soledade	35,4	41,79	82,14	14,66	17,85
12 - Cachoeirinha	9,8	8,30	92,20	16,06	8,04
Campo Bom	7,7	15,49	91,89	16,04	18,72
Canoas	9,4	12,60	92,84	14,84	11,90
Esteio	8,7	10,61	93,42	16,98	11,27
Porto Alegre	7,5	0,13	94,77	15,78	10,91
São Leopoldo	9,9	11,06	91,63	17,78	6,97

Tabela 2

Indicadores do Cluster, por grupos de municípios, no RS — 1991

GRUPOS DE MUNICÍPIOS	TAXA DE EVASÃO DO DO 1º GRAU (%)	TAXA DE EVASÃO DO 2º GRAU (%)	COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL (1/1 000)	TMM5 (1/1 000)
1 - Jaguarão	9,81	27,07	8,1	26,9
2 - Rio Grande	9,93	26,44	8,0	36,0
3 - Dom Pedrito	7,73	22,20	8,4	36,0
São Gabriel	9,39	24,58	8,1	40,5
4 - Caçapava do Sul	9,15	19,37	7,6	28,9
São Borja	9,91	28,16	6,5	26,4
5 - Pelotas	8,48	18,68	7,5	30,3
Santana do Livramento ...	7,85	17,31	7,7	38,3
6 - Alegrete	9,73	23,35	6,9	26,1
Bagé	7,51	24,73	7,8	27,9
Itaqui	6,56	22,42	6,8	31,3
Santa Vitória do Palmar ..	10,84	26,78	6,5	23,0
Uruguaiana	10,87	20,06	7,0	35,1
7 - Charqueadas	5,62	21,09	6,1	41,5
Parobé	6,34	44,24	4,3	23,6
Sapiranga	7,82	27,92	5,3	32,0
8 - Cachoeira do Sul	5,89	20,25	7,6	25,0
Rosário do Sul	10,49	21,80	8,0	16,9
9 - Butiá	5,94	21,96	6,5	18,3
Cruz Alta	8,23	18,99	6,7	32,1
Santiago	6,89	27,78	6,6	25,3
Santo Ângelo	7,62	21,78	6,4	29,7
10 - Alvorada	8,28	15,53	5,9	31,8
Capão da Canoa	8,50	25,13	4,6	23,2
Santa Maria	7,08	13,88	6,7	22,3
11 - Camaquã	7,32	11,76	6,2	21,8
Rio Pardo	7,08	14,28	7,2	16,2
Soledade	8,39	21,44	5,4	18,9
12 - Cachoeirinha	6,73	24,63	6,3	24,3
Campo Bom	5,23	21,36	4,9	26,3
Canoas	7,19	16,04	5,9	22,6
Esteio	6,66	11,56	6,1	29,7
Porto Alegre	7,27	12,65	7,0	23,4
São Leopoldo	8,16	14,07	5,7	27,0

(continua)

Tabela 2

Indicadores do Cluster, por grupos de municípios, no RS — 1991

GRUPOS DE MUNICÍPIOS	TAXA DE INDIGÊNCIA (%) (1)	DOMÍCILOS SEM ENERGIA ELÉTRICA (%)	TAXA DE ALFABETI- ZAÇÃO (%)	TAXA DE RE - PETÊNCIA DO 1º GRAU (%)	TAXA DE RE - PETÊNCIA DO 2º GRAU (%)
13 - Canela	20,1	4,11	88,87	13,40	9,36
Guaíba	13,4	12,81	90,69	13,65	13,34
Montenegro	22,9	19,57	90,16	13,63	1,69
Osório	26,3	2,43	88,09	14,19	7,58
Passo Fundo	21,6	13,44	91,05	16,07	9,15
Santa Rosa	24,5	22,10	91,85	14,05	9,96
Taquara	20,4	16,59	90,36	14,34	5,94
Viamão	15,2	15,70	88,99	15,53	10,62
14 - Lagoa Vermelha	30,3	35,56	85,75	15,64	7,46
Santa Cruz do Sul	24,4	37,48	90,86	14,46	10,68
São Luiz Gonzaga	29,29	32,32	86,59	12,68	12,41
Vacaria	28,4	23,91	87,64	15,35	3,64
15 - Carazinho	22,5	24,00	91,01	13,27	4,72
Ijuí	23,6	27,40	91,40	15,13	15,23
Lajeado	24,2	46,10	92,36	16,24	9,16
Panambi	21,8	25,64	93,72	8,32	12,08
Torres	29,6	9,09	85,17	10,58	3,10
16 - Palmeira das Missões	35,9	48,04	82,33	9,17	14,49
Santo Antônio da Patrulha	33,8	47,48	78,88	10,44	5,09
17 - Erechim	21,4	18,18	91,27	14,26	1,86
18 - Bento Gonçalves	11,7	12,85	93,58	11,56	15,13
Caxias do Sul	10,0	11,55	93,91	15,57	8,48
Farroupilha	12,8	23,69	93,09	15,63	9,97
Gravataí	12,4	7,33	91,74	17,46	11,95
Novo Hamburgo	7,6	16,27	92,38	13,68	8,52
Sapucaia do Sul	11,3	15,03	91,24	16,77	4,86
19 - Estância Velha	9,0	12,33	93,90	16,45	5,17

FONTE: IBGE.

IPEA.

Secretaria da Saúde e Meio Ambiente-RS.

Secretaria de Educação-RS.

Companhia Estadual de Energia Elétrica-RS.

(1) Dados de 1990.

Tabela 2

Indicadores do Cluster, por grupos de municípios, no RS — 1991

GRUPOS DE MUNICÍPIOS	TAXAS DE EVASÃO DO DO 1º GRAU (%)	TAXA DE EVASÃO DO 2º GRAU (%)	COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL (1/1 000)	TMM5 (1/1 000)
13 - Canela	8,29	23,42	7,2	13,1
Guaíba	8,08	21,57	5,2	18,5
Montenegro	7,19	10,44	6,7	28,9
Osório	6,85	14,58	6,4	18,4
Passo Fundo	7,54	14,35	6,3	26,5
Santa Rosa	6,57	16,09	6,1	27,3
Taquara	8,36	20,02	6,1	15,8
Viamão	5,70	14,89	6,4	19,9
14 - Lagoa Vermelha	8,44	7,63	5,8	23,1
Santa Cruz do Sul	5,90	12,68	7,1	22,9
São Luiz Gonzaga	7,22	17,74	6,6	20,1
Vacaria	7,96	14,12	6,4	18,0
15 - Carazinho	7,19	16,39	6,1	19,9
Ijuí	5,36	13,37	5,6	15,7
Lajeado	5,43	12,93	5,9	18,0
Panamby	4,54	12,55	5,9	20,1
Torres	6,21	14,76	5,7	22,2
16 - Palmeira das Missões	8,97	13,58	5,1	8,1
Santo Antônio da Patrulha ..	5,27	11,61	6,3	16,4
17 - Erechim	4,55	13,30	5,7	25,7
18 - Bento Gonçalves	4,21	11,45	5,0	23,8
Caxias do Sul	3,63	9,90	5,4	23,7
Farroupilha	5,86	13,70	4,4	19,1
Gravataí	6,34	14,26	4,9	14,6
Novo Hamburgo	6,43	10,82	5,8	25,7
Sapucaia do Sul	6,55	13,32	5,3	17,6
19 - Estância Velha	4,95	7,31	4,6	10,9

Tabela 3

Indicadores sociais, por grupos de municípios, no RS — 1991

				(%)
	GRUPOS DE MUNICÍPIOS	CHEFES DE DOMICÍLIOS COM RENDA DE ATÉ TRÊS SM	DOMICÍLIOS COM REDE GERAL DE ESGOTO	DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO
1 -	Jaguarão	81,00	27,31	82,26
2 -	Rio Grande	68,25	30,02	87,13
3 -	Dom Pedrito	82,82	16,02	78,50
	São Gabriel	79,38	11,93	67,55
4 -	Caçapava do Sul	85,89	27,18	59,75
	São Borja	79,83	13,84	74,04
5 -	Pelotas	71,80	44,35	84,90
	Santana do Livramento	77,36	27,06	74,99
6 -	Alegrete	76,91	18,56	80,16
	Bagé	75,55	17,68	81,56
	Itaqui	81,94	0,19	53,07
	Santa Vitória do Palmar	79,11	18,83	76,56
	Uruguaiana	72,42	11,76	80,05
7 -	Charqueadas	72,12	0,49	92,20
	Parobé	80,60	1,56	84,58
	Sapiranga	78,49	0,13	91,43
8 -	Cachoeira do Sul	80,24	22,75	60,80
	Rosário do Sul	82,25	9,08	67,03
9 -	Butiá	86,16	0,06	67,25
	Cruz Alta	72,93	9,99	65,48
	Santiago	75,64	0,03	65,83
	Santo Ângelo	71,76	15,03	69,74
10 -	Alvorada	78,97	0,49	85,26
	Capão da Canoa	71,24	7,51	94,24
	Santa Maria	59,12	40,63	75,73
11 -	Camaquã	77,98	0,17	62,44
	Rio Pardo	81,81	0,21	43,61
	Soledade	81,17	0,28	55,53
12 -	Cachoeirinha	66,51	11,77	95,86
	Campo Bom	71,32	1,60	95,56
	Canoas	64,41	0,15	92,62
	Esteio	59,28	0,28	94,40
	Porto Alegre	46,06	32,26	96,94
	São Leopoldo	65,64	8,66	92,93

(continua)

Tabela 3

Indicadores sociais, por grupos de municípios, no RS — 1991

				(%)
	GRUPOS DE MUNICÍPIOS	CHEFES DE DOMICÍLIOS COM RENDA DE ATÉ TRÊS SM	DOMICÍLIOS COM REDE GERAL DE ESGOTO	DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO
13 -	Canela	74,03	1,81	84,43
	Guafba	71,95	1,78	89,74
	Montenegro	68,20	0,31	69,92
	Osório	71,55	0,16	66,49
	Passo Fundo	66,00	11,51	78,32
	Santa Rosa	72,65	13,16	75,95
	Taquara	69,63	0,62	69,41
	Viamão	75,94	0,17	75,43
14 -	Lagoa Vermelha	81,73	0,33	59,73
	Santa Cruz do Sul	71,52	5,11	62,73
	São Luiz Gonzaga	80,24	-	40,18
	Vacaria	75,09	0,28	68,53
15 -	Carazinho	74,56	0,36	74,44
	Ijuí	74,56	-	56,70
	Lajeado	67,14	0,07	62,99
	Panamby	76,33	0,27	79,00
	Torres	77,72	23,24	50,59
16 -	Palmeira das Missões	84,52	-	37,68
	Santo Antônio da Patrulha ...	84,11	-	36,05
17 -	Erechim	65,43	0,14	78,82
18 -	Bento Gonçalves	62,29	0,45	78,48
	Caxias do Sul	48,71	0,22	88,34
	Farroupilha	59,54	0,43	75,49
	Gravataí	68,61	0,43	87,53
	Novo Hamburgo	64,20	-	95,36
	Sapucaia do Sul	71,59	7,56	94,10
19 -	Estância Velha	64,54	0,07	94,17

FONTE: IBGE.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Roberto C. de, VILLELA, Renato (1993). O Brasil social: um balanço de duas décadas. In: ALBUQUERQUE, Roberto C. de, coord. **O Brasil social: realidades, desafios, opções**. Rio de Janeiro : IPEA. p.9-94.
- ALONSO, José Antonio Fialho, BENETTI, Maria Domingues, BANDEIRA, Pedro Silveira (1994). **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre : SPA/ FEE.
- CANO, Wilson (1988). Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., Olinda. **Anais...**, Olinda : ABEP.
- CARLEY, Michael (1985). **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1991: Rio Grande do Sul (1994). Rio de Janeiro : IBGE.
- FACHEL, Jandyra M. Guimarães (1982). Análise multivariada da estrutura social urbana do município de Porto Alegre. In: EVENTO DE DOCENTES DE ESTATÍSTICA DA REGIÃO SUL, 1., Porto Alegre. **Atas...**, Porto Alegre : UFRGS/ Instituto de Matemática.
- HORN, Carlos Henrique (1994). Pobreza e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.1.
- INVENTÁRIO das vilas irregulares na Região Metropolitana de Porto Alegre (1992). Porto Alegre : METROPLAN.
- LUSTOSA, Tania Quiles de O., FIGUEIREDO, José B. B. de (1989). **Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados**. Rio de Janeiro : UFRJ/IEI.
- MAPA de exclusão social da cidade de São Paulo (1995). São Paulo : PUC/SP-Núcleo de Estudos de Seguridade e Assistência Social.
- ORDÓÑEZ, Juan Córdoba, ALVARADO, José M. Garcia (1991). **Geografía de la pobreza y la desigualdad**. Madrid : Síntesis.
- PELIANO, Ana Maria T. M., coord. (1993). **O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar**. Rio de Janeiro : IPEA. (Documento de política, n.14).
- PELIANO, Ana Maria T. M., coord. (1993a). **O mapa da fome II: informações sobre a indigência por municípios da federação**. Rio de Janeiro : IPEA. (Documento de política, n.15).

- PELIANO, Ana Maria T. M., coord. (1993b). **O mapa da fome III: indicadores sobre a indigência no Brasil**. Rio de Janeiro : IPEA. (Documento de política, n.17).
- POSSOLI, Silvio (1982). Análise de informação das condições de saúde dos municípios do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE DOCENTES DE ESTATÍSTICA DA REGIÃO SUL, 1., Porto Alegre. **Atas...**, Porto Alegre : UFRGS/ Instituto de Matemática.
- PRÉTECEILLE, Edmond (1994). Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos, orgs. **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- RIBEIRO, L. C. de A., SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (1993). Das desigualdades à exclusão social, da segregação à fragmentação: os novos desafios da reforma urbana. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, v.7, n.1, p.54-61.
- ROCHA, Sonia (1991). Pobreza e metropolitana: balanço de uma década. In: PERSPECTIVAS da economia brasileira - 1992. Rio de Janeiro : IPEA.
- ROCHA, Sonia(1994). Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos, orgs. **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. p.121-145.
- RODGERS, Gerry (1994). **Overcoming exclusion: livelihood and rights in economic and social development**. International Institute for Labour Studies. (Discussion papers).
- ROKEMBACH, Cecília de Fátima Queiroz (1996). **Análise multivariada da tipificação da exclusão social nos municípios do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. (mimeo).
- SILVEIRA, Fernando Geiger, BENETTI, Maria Domingues, BARCELLOS, Tanya Maria M. de (1995). **Alívio à pobreza, diagnóstico: conclusões pró-rural 2000 - conservação de recursos naturais e combate à pobreza e ao êxodo rural através da geração de renda e de promoção social**. Porto Alegre : Secretaria da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Coordenação e Planejamento/RS. (mimeo).
- TOLOSA, Hamilton C. (1993). A pobreza absoluta. In: ALBUQUERQUE, Roberto C. de, coord. **O Brasil social: realidades, desafios, opções**. Rio de Janeiro : IPEA. p.189-212.
- TOLOSA, Hamilton C. (1993a). Combate à pobreza. In: ALBUQUERQUE, Roberto C. de, coord. **O Brasil social: realidades, desafios, opções**. Rio de Janeiro : IPEA. p.539-544.